

TRANSCRIÇÃO DA 126ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONFEMA, REALIZADA NO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2017.

José Manuguerra (Coordenador) – Aquela é a aprovação da ata da reunião anterior. Temos alguma sugestão para discussão, não? Assuntos de hoje? Não? Vamos passar para o segundo item da ordem: posse dos Conselheiros representantes da Secretaria Municipal de Gestão, período 2017 a 2019. Posse do Sr. Ricardo Luiz Melão, como titular, e Srta Camila Martins Fernandes de Oliveira, como suplente. A publicação da portaria referente à nomeação está em andamento, ela já foi solicitada ao Gabinete. Foi publicada hoje? Que maravilha! Acabo de receber a informação que foi publicada a Portaria hoje. Então os Conselheiros considerem-se empossados. Peço que assinem o termo de posse aqui na mesa. A participação de mais uma engenheira no Conselho do CONFEMA. Eu também sou engenheiro... (risos). Muito bem. Sejam muito bem vindos. Vamos ao segundo... ao terceiro item da Ordem do dia: aprovação da Ata da 125ª reunião ordinária do CONFEMA, da reunião anterior. A ata foi enviada aos Senhores Conselheiros junto com o e-mail de convocação para leitura anterior, para que a gente não precisasse repetir a leitura durante esta reunião. Os Conselheiros favoráveis à aprovação da Ata, por favor, permaneçam como estão. A Ata está aprovada por unanimidade, ata da 125ª reunião ordinária do CONFEMA. Muito bem. Vamos ao terceiro item da ordem do dia, ao quarto item da ordem - o roteiro aqui está fora de ordem: atualização dos status dos projetos aprovados pelo CONFEMA. Em respeito aos Conselheiros representantes das organizações da sociedade civil eleitos há dois meses atrás. Em respeito aos Conselheiros – bom dia, Azzoni. Registro a presença do Conselheiro Alexandre Azzoni. Em respeito aos Conselheiros da Secretaria de Gestão e aos Conselheiros representantes das entidades da organização civil, nós vamos fazer um breve, brevíssimo relato dos projetos aprovados pelo CONFEMA durante o exercício de 2017. A Diretoria de Gerenciamento do FEMA, durante este ano, fez um trabalho bastante extenso de levantamento de necessidades da Secretaria, de disponibilidade de recursos orçamentários e organizamos um banco de projetos priorizados pelo Gabinete e submetidos à aprovação das Comissões e, posteriormente, ao Conselho do Fundo. Então, eu peço ao Ray, que é Coordenador da Diretoria de Gerenciamento do FEMA, para realizar a apresentação... A apresentação é bastante breve, os projetos são bastante simples. Basicamente é uma atualização do status, como eles se encontram atualmente. Por favor, Ray.

Ray Dubois, Secretaria do Verde e Meio Ambiente - FEMA – Bom, começando com a atualização do status dos projetos deliberados pelo CONFEMA, nós temos a primeira lista. Iniciamos pelo projeto piloto de monitoramento de parques e áreas verdes da cidade de São Paulo com a utilização de imagens de satélites tratadas por algoritmos. Esse projeto ele se encontra, atualmente, na fase de pesquisa de preços. Posteriormente, nós temos o projeto de modernização dos equipamentos do sistema de informatização do licenciamento ambiental, que consiste em cursos e melhora, no caso, de equipamentos próprios para o licenciamento. Ele foi aberto em dois processos: um da compra de computadores, no caso, e ele se encontra em fase final de empenho e outro, de software - está em pesquisa de preços.

José Manuguerra (Coordenador) - Só um aparte, Ray. Cabe lembrar que além da aquisição de equipamentos e software, há também o treinamento, cursos (vozes sobrepostas) profissionais envolvidos, que, naturalmente, dependem da aquisição desses equipamentos. Após a aquisição e implantação dos equipamentos, será feito um treinamento já com as máquinas novas.

Ray Dubois – Temos o projeto de ações para a implantação, difusão e monitoramento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, os ODS, no Município de São Paulo. Esse projeto se encontra cancelado por conta da falta de Ata de Registro de Preços, que está vencida e não há tempo hábil para uma nova, no caso. A implantação do projeto de defesa e proteção do patrimônio ambiental, visando a contenção de erosão e drenagem, que comprometem as instalações do Parque do Carmo. Tanto esse projeto, quanto o próximo, a implementação de projeto de defesa e proteção do patrimônio ambiental, visando a contenção de erosão no viveiro do CEMUCAM, eles se encontram na etapa de ajuste de Termo de Referência para a realização da licitação. O projeto de investigação em área de interesse ambiental na Avenida Embaixador Macedo Soares, 6000 – Vila Leopoldina, antiga Usina de Compostagem, ele se encontra esperando a resposta da nova Ata de RP. A antiga, ela foi – Ata de RP é Ata de Registro de Preços – a antiga, ela venceu.

Então, estamos esperando a aprovação da nova. E, por último, da primeira lista, o projeto de implantação do inventário de gases do efeito estufa previsto na política de mudança do clima no Município de São Paulo. Atualmente ele está em análise pelo jurídico, e, posterior a essa análise, será dado prosseguimento.

José Manuguerra (Coordenador) – Alguma consideração sobre a primeira lista de projetos? Gostaria de fazer algumas considerações aos Senhores Conselheiros. Durante o processo de transição do Secretário Gilberto Natalini para o Secretário Fernando Von Zuben, nós também tivemos a mudança da Assessoria Jurídica da Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Os procuradores foram realocados, eles foram para outras Secretarias e nós recebemos uma equipe nova de procuradores que está, com todo o apoio dos Departamentos da Secretaria do Verde, tomando pé de todas as situações. Então, houve uma pequena descontinuidade no andamento de alguns projetos, no sentido de que a análise jurídica dos processos levou um pouco mais tempo do que o normal. Nós estamos bastante atentos a isso, estamos bastante juntos, também, com os novos procuradores. A equipe nova está bastante motivada, bastante interessada em dar vazão a um número significativo de projetos que nós aprovamos este ano.

Ray Dubois - Prosseguindo agora com a segunda lista aprovada na última reunião. Começamos com um projeto de implantação do Parque do Tatuapé. Todos os projetos, no caso, os projetos internos, estão com o mesmo status, assim como os editais. Os editais têm o seu próprio status porque é uma tramitação diferente. Ele se encontra em solicitação de descongelamento de recursos, já realizada para a Secretaria de Finanças. A implantação do Parque Nair Bello - fase 1, que consiste no projeto básico, cercamento, instalações elétricas e hidráulicas e equipamentos, também com a solicitação de descongelamento de recursos já realizada. O projeto de implantação do Parque Anhanguera - fase 2, o sistema de tratamento de efluentes também com a solicitação de descongelamento já realizada. O projeto de finalização e implantação do Parque Anhanguera, envolvendo a automação do sistema de abastecimento de águas, também com o mesmo status. Já o edital FEMA 12, o projeto de apoio ao desenvolvimento da agricultura sustentável na Zona Leste e Sul da cidade de São Paulo, ele se encontra em análise pelo jurídico para posterior tramitação, no caso. O projeto de educação ambiental com as comunidades do entorno das represas Billings e Guarapiranga, tendo como objetivo a ocupação territorial, ciclo hidrológico, fauna e flora, doenças decorrentes da contaminação hídrica, gestão de resíduos, qualidade da água e alimentação saudável - o edital FEMA 14 - encontra-se sobre análise pelo jurídico. O projeto de investigação em área de interesse ambiental, objeto de ocupação irregular na Avenida Presidente Wilson, 6741, já com a solicitação de descongelamento de recursos realizada. O edital FEMA 13, o projeto de criação de centro de apoio de agricultura urbana nas cinco regiões da cidade de São Paulo, capacitando a população para plantio de alimentos, cuidados do solo do ambiente urbano e compostagem de resíduos, em análise pelo jurídico. O edital FEMA 16: projeto de fomento ao mapeamento de roteiros turísticos com iniciativas socioambientais na cidade de São Paulo, tendo como foco o estímulo ao ecoturismo para geração de trabalho, renda e educação ambiental, se encontra em análise pelo jurídico. O edital FEMA 15: projeto-piloto de formação e implantação de hortas pedagógicas e educação alimentar e nutricional, tendo como foco estratégias pedagógicas de educação ambiental, encontra-se em análise pelo jurídico. E, por último, dois últimos, os projetos internos: o projeto de elaboração do plano de manejo da APA Municipal Bororé-Colônia e o projeto-piloto de diagnóstico e tratamento fitossanitário da população arbórea da cidade de São Paulo, ambos com a solicitação de descongelamento de recursos realizada à Secretaria de Finanças. Obrigado.

José Manuguerra (Coordenador) - Volta para a primeira lista, por favor, Ray. Novamente em respeito aos Conselheiros, eu peço que seja enviado os processos e os pareceres de todos os projetos aprovados para os Conselheiros da sociedade civil e para os Conselheiros da Secretaria de Gestão para que eles tenham a mesma informação que os demais Conselheiros também já receberam. Conselheira Sueli.

Cons. Sueli, CEMAI São Mateus - Bom dia, Sueli, do CEMAI de São Mateus. Passou batido. Eu só queria entender por que que foi cancelado o ODS.

Ray Dubois, FEMA – Ray, FEMA - Secretaria do Verde. O projeto em si ele é planejado pelo Departamento, ele vem para nós a partir do Departamento proponente, no caso, o solicitante de recursos e o Departamento, creio eu, que acabou não se atentando - não sei qual foi o caso - que

colocou no projeto uma Ata de Registro de Preços para ser utilizada que estava vencida já. Não se atentou à data de validade da Ata de Registro de Preços, só que não há tempo hábil, porque essa Ata de Registro de Preços é de outra Secretaria. No caso a outra Secretaria precisaria contratar ou formar, fazer uma nova Ata de Registro de Preços para que, então, pudesse liberar para que o Departamento responsável utilizasse. Só que, no entanto, não há tempo hábil para tal, então decidiu cancelar o projeto.

José Manuguerra (Coordenador) - Só um segundo, só um aparte. Conselheira, o problema desse projeto, o projeto em si não foi cancelado. As reuniões, os eventos dos ODS permanecem. O que foi cancelado por falta de tempo hábil para uma nova Ata de Preço foi o aporte do R\$ 50.000,00 para realização desses eventos usando os recursos do FEMA. Os eventos permanecem e a organização desses eventos está sendo feita com a utilização de recursos de outras fontes. No caso, os R\$ 50.000,00 do FEMA não serão utilizados para a realização desses eventos por falta de tempo hábil no registro de uma nova Ata de Preços. Conselheiro Agnaldo.

Cons. Agnaldo, Secretaria do Verde - Só para fazer um esclarecimento, a maioria desses processos não podem prosseguir porque a gente aguarda uma adequação orçamentária da Secretaria de Fazenda. No ano passado, foi aprovado o orçamento para o FEMA com a maioria dos seus recursos para atividades. Então agora nós estamos fazendo uma adequação, tirando de atividade e colocando para projeto. Então, a gente tem que encaminhar para a Secretaria de Fazenda, aguardar um decreto - não é apenas um descongelamento, em alguns casos, sim, descongelamento, mas, na maioria dos casos, é uma suplementação, anulação de atividade e suplementação de projeto.

José Manuguerra (Coordenador) - Perfeito. Obrigado, Conselheiro. Então, eu peço novamente que seja enviado aos Conselheiros o resumo dos projetos, com roteiro e o parecer das Comissões, para que todos tenham pé da mesma informação e todos estejam alinhados com o mesmo nível de informação. Eu gostaria de passar, rapidamente, a especificação de cada projeto. Como a gente está com o tempo bastante folgado hoje, vamos lá. O projeto-piloto de monitoramento de parques e áreas verdes. Ele trata de um piloto de desenvolvimento de uma inteligência, via software, para análise de imagens de altíssima resolução de áreas determinadas da cidade. Esse monitoramento ele servirá como um sinal de alerta para invasões, desmatamentos ou qualquer atividade ilegal nas áreas da cidade. O nível de precisão desse sistema é da ordem de 30 por 30 cm, então é um negócio bastante preciso. A nossa contratação prevê uma resolução de aproximadamente 2 m, o que também atende bastante bem os nossos objetivos. Esse é um projeto-piloto com duração de três meses. A ideia é prosseguir como uma atividade, aí sim, sem a utilização de recursos do FEMA, no futuro. Esse projeto ele está sendo tocado pela Secretaria do Verde, porém há interesse de outras Secretarias em participar também desse projeto, no sentido de ampliar a área de abrangência. A exemplo, a Secretaria de Habitação, Secretaria de Licenciamento também têm interesse nesse projeto. O segundo projeto é modernização de equipamentos, informatização do licenciamento ambiental. A Secretaria do Verde detectou uma defasagem muito grande em termos de equipamentos e softwares dedicados a função de licenciamento ambiental, o que trouxe uma fila enorme de processos. Então, no intuito de zerar essa fila e acelerar os processos futuros, nós propusemos aos Conselheiros a modernização do parque de hardware e software, incluindo treinamento para todas as pessoas envolvidas nesses procedimentos. O próximo projeto: ações para a implementação das ODS - creio que já foi explicado para a Conselheira Sueli. Implementação de projeto de defesa e proteção do patrimônio ambiental do Parque do Carmo. Existe uma situação no Parque do Carmo de deficiência na drenagem, que a cada chuva está deteriorando uma determinada região desse parque. Então, esse projeto envolve a realização de obras com o objetivo de preservar o meio ambiente local. Caso essas obras não sejam feitas ou sejam postergadas, seguramente haverá uma deterioração muito mais rápida desse parque. Similar ao próximo projeto é a implantação de projeto de defesa e patrimônio do viveiro do CEMUCAM. Nós temos uma erosão em estágio bastante avançado, com risco de deslizamento; então também será feita uma obra de contenção dentro do viveiro. O próximo projeto de investigação de área de interesse ambiental. A Secretaria do Verde foi autuada pela CETESB em três áreas, uma delas é essa da Vila Leopoldina, com suspeita de contaminação. Então, esse projeto envolve a investigação e o diagnóstico do solo dessa área, para um eventual tratamento posterior. O último projeto da primeira lista é a implementação do inventário de gases de efeito estufa, em acordo a uma lei promulgada na

gestão do Prefeito Kassab, se eu me lembro bem. Há a necessidade da publicação de um estudo de emissões antrópicas de gases de efeito estufa para o Município de São Paulo, com atualização de cinco anos. Durante a gestão do Prefeito Haddad não foi feita essa atualização. Então, já nos encontramos em atraso. A ideia desse projeto é justamente atender a Lei de Emissão de Gases de Efeito Estufa, de Mudanças Climáticas, e realizar esse estudo e a publicação. O prazo previsto desse projeto é de 18 meses, ou seja, a publicação estaria prevista para o final de 2018 e início de 2019. Pode passar. A segunda lista, projeto de implantação do Parque Tatuapé, de acordo com a diretrizes do FEMA. É a implantação do parque propriamente dito, assim como a implantação do Parque Nair Bello e do Parque Anhanguera. Nós temos duas fases no Parque Anhanguera: uma, o tratamento de efluentes; e outra, a automação dos sistemas de abastecimento de água. É a finalização da implantação do Parque Anhanguera. O próximo projeto, os editais, na verdade, são editais voltados para a educação ambiental. Nós temos o edital de agricultura sustentável na Zona Leste e Sul da cidade. É uma continuidade dos projetos já existentes nessas regiões, iniciados com o edital FEMA 10. Então, a ideia é prosseguir com essas atividades. O projeto de educação ambiental nas empresas Billings e Guarapiranga é um projeto do DGD, da Secretaria do Verde, que envolve a realização de atividades de educação ambiental durante nove meses em nove parques. É nove meses ou doze, Ray? Doze meses, né? Doze, perdão. Doze meses em nove parques no entorno dessas duas represas. É um projeto bastante interessante, com uma temática bastante ampla. O projeto de investigação área ambiental na Avenida Presidente Wilson é uma segunda área também autuada pela CETESB. Nós vamos fazer um trabalho similar ao da Vila Leopoldina. O edital FEMA 13 é a criação de centros de apoio de agricultura urbana nas cinco regiões da cidade. A ideia é fomentar por meio de oficinas e atividades de educação ambiental aos formadores de opinião das cinco regiões da cidade com a temática ambientalista. Pode prosseguir. Próximo projeto: edital FEMA 16. É um projeto de implementação de roteiros turísticos nas cinco regiões da cidade. A ideia é articular junto às lideranças de todas as regiões a implantação de estruturas, tecnologias e logísticas para a formação desses roteiros turísticos com viés ambiental. Então, a ideia é chamar lojistas, chamar associações, chamar moradores, chamar escolas, alunos, professores, formadores de opinião para formar, em todas as regiões da cidade; isso é muito importante. Nós da Secretaria do Verde temos uma visão geral da cidade, nós não queremos implantar projetos extremamente locais. Nós entendemos que as regiões possuem caracterizações, características diferentes entre si, mas nós precisamos ampliar a abordagem ambiental por todo o Município. Um Município do tamanho, da extensão de São Paulo, tem essa necessidade. O projeto, o edital FEMA 15: formação e implantação de hortas escolares pedagógicas, em consonância à Lei da Merenda Mais Orgânica. Então, a ideia é também, nas quatro regiões da cidade, pegar, nesse projeto-piloto, uma escola por região e implantar hortas pedagógicas. Finalmente, o penúltimo projeto: elaboração do plano de manejo da APA Municipal Bororé-Colônia, também atendimento à legislação, e o último projeto é um projeto feito pelo Instituto Biológico de São Paulo em 2009. Uma tecnologia, uma logística que eles desenvolveram de diagnóstico e tratamento de população arbórea. Nesse projeto encomendado pela Secretaria do Verde, com recursos do FEMA, será feito o levantamento de 8.000 exemplares, também em várias regiões da cidade - as regiões mais críticas, com um número maior de quedas ou de enfermidades. Serão avaliados 8.000 exemplares, com o diagnóstico e tratamento para enfermidades de formigas, cupins, fungos e assim por diante. Então, esse é um projeto bastante interessante, que tem parceria com o Instituto Biológico de São Paulo. Alguma dúvida, alguma consideração? Novamente eu reforço o pedido de enviar aos Conselheiros para que todos tenham em detalhe as informações, Ok? Alguma consideração adicional, Senhores Conselheiros?

Cons. Aldo, ECÓLEO - Bom dia a todos. Aldo, da ECÓLEO. Tô iniciando hoje praticamente, né, após a posse como Conselheiro, mas eu gostaria de fazer... eu vou fazer uma pergunta, mas não precisa ser respondida agora, mas no decorrer das próximas reuniões, que é exatamente o que eu comecei a conversar com a Camila, que ela é da Secretaria de Gestão, e diz respeito ao seguinte: em que medida que as diretrizes e metas seja começando... mundiais, federais, estaduais e municipais, em que medida que essas diretrizes interferem ou têm algum tipo de relação com as atividades do CONFEMA, com o FEMA etc.? Quer dizer, como é que a gente pode entender isso de forma macro, inclusive para poder ver como é que a sociedade pode participar mais diretamente. E eu agradeço também a atenção que vocês estão dando a nós aí, os Conselheiros, a sua disposição e disponibilidade de prestar as informações. E é isso. Obrigado.

José Manuguerra (Coordenador) - Obrigado, Conselheiro. Aproveito para começar a responder. Acho que é válido. O FEMA ele é regido pela Lei 14.887, de 2009, que prevê a reestruturação da Secretaria do Verde e Meio Ambiente. No artigo, se eu não me engano 60, trata da elaboração das diretrizes da utilização dos recursos do FEMA para projetos. Essas diretrizes são aprovadas pelo Conselho de Meio Ambiente, o CADES. Então, todo ano as diretrizes são apresentadas aos Conselheiros do CADES. O Conselho do CADES é formado paritariamente por membros do setor público e da sociedade civil organizada. São 36 Conselheiros, se não me falha a memória, e todo ano as diretrizes são apresentadas, exaustivamente discutidas. Inclusive, neste ano nós tivemos uma discussão bastante extensa, que levou a aprovação das diretrizes somente em junho. Foi um processo bastante desgastante, mas nós obtivemos a aprovação por unanimidade das 24 diretrizes que regem os projetos que visem a utilização de recursos do FEMA. Essas diretrizes estão disponíveis no site da Secretaria, nós podemos enviar também aos Senhores Conselheiros, para que fique bastante claro qual é a nossa linha de atuação. Essas diretrizes, uma vez aprovadas, nos permitem levar projetos para a deliberação. Então, existe uma lista de mais de uma centena de projetos da Secretaria do Verde e Meio Ambiente e de entidades da organização civil que nós submetemos à aprovação, à priorização junto ao Secretário do Verde e Meio Ambiente e os Diretores de Departamentos. Então, são feitas várias reuniões, onde a gente discute “qual o projeto é mais relevante, qual projeto é mais importante, qual nós podemos pleitear recursos do FEMA, ou recursos da fonte da Secretaria, ou recursos de emendas parlamentares?” Então, é feita uma priorização. A partir dessa priorização, aí sim nós desenvolvemos a especificação técnica do projeto, chamamos as Comissões para validar e apresentamos aos Senhores Conselheiros do CONFEMA. Então, o fluxo, aproximadamente, é esse. É feita uma priorização com base nos projetos existentes, com base nas diretrizes previamente aprovadas pelo CADES. Em janeiro próximo agora, nós iniciaremos uma nova rodada de apresentações ao CADES para a aprovação das novas diretrizes para 2018. É claro que a gente espera que o processo agora seja bem mais rápido dado que a discussão em 2017 foi bastante profunda. Respondido, Conselheiro? Tá ótimo. Alguma consideração adicional? Ok? Por favor. Conselheiro, se puder se identificar.

Cons. Caio, IAB - Meu nome é Caio, sou representante do IAB, IAB São Paulo. Acho muito importante. Muitos dos projetos que nós deliberamos... em cima de uma prática que eu tenho. Essa questão dos parques na periferia. Por exemplo, o primeiro projeto nosso de monitoramento de parques e áreas verdes, acho que ele é fundamental. E eu digo isso em cima de uma prática minha, que eu já tive reuniões aqui na gestão anterior e nessa gestão com o Secretário de Meio Ambiente e Secretário de Habitação em cima das ocupações das APP. E é um escândalo o que acontece na cidade. Não é culpa dessa gestão, da gestão anterior. É uma prática de falta de recursos da população pobre, que como alternativa vê beira de córrego para ocupar. Bem, nesse sentido eu estou vendo que o FEMA delibera sobre projetos em andamento, ele não inicia os projetos. Mas, assim, pela minha prática eu tô lá, vou fazer, continuar fazendo minhas reuniões aqui, reuniões com os Prefeitos Regionais. Foi o Prefeito Regional da Casa Verde que nos levou no Parque do Córrego do Bispo, que é um escândalo a ocupação daquilo. Desculpa, eu tô fazendo uma colocação, colocando uma dificuldade, mas entendendo a importância do FEMA na deliberação dos projetos. Eu tô procurando uma forma de ver como viabilizar os projetos de interesse da Secretaria do Verde e Meio Ambiente nas áreas verdes, nas áreas de preservação ambiental do Município de São Paulo.

José Manuguerra (Coordenador) - Muito obrigado, Conselheiro. Eu gostaria de fazer duas considerações. A primeira, o projeto de monitoramento ele é especialmente importante na medida em que ele traz velocidade para os alertas de eventuais ocupações irregulares. A atualização prevista do banco de imagens seria semanal. Então, em vez de nós aguardamos uma denúncia ou aguardar a Guarda Florestal realizar as suas rotas de investigação, nós teríamos esse sinal de alerta aqui na Secretaria do Verde ou na Secretaria de Gestão ou na entidade que fizer esse acompanhamento (falha microfone). Então, isso traz muita agilidade, muita assertividade. A gente vai exatamente onde está ocorrendo, por exemplo, o desmatamento (falha microfone). E a gente sabe que quanto mais rápido nós tivermos essa ação, menor a chance do problema crescer. (falha no microfone) hoje, semana que vem serão cinco, daqui a duas semanas serão 50. Então, é muito importante essa velocidade. A segunda consideração é com relação a apresentação de projetos. Nós, da Diretoria de Políticas Públicas, representando a Diretoria de Gerenciamento do

FEMA, nós estamos sempre de portas abertas a receber sugestões e propostas que possam nos levar ao desenvolvimento de projetos, seja com utilização de recursos do FEMA, seja com utilização de outras fontes de recurso. Então, essa é uma prática bastante habitual na atual gestão. Nós recebemos rotineiramente entidades, empresas e interessados em apresentar ideias, que podem ou não levar a um projeto físico, mas, assim, nós estamos em processo constante de alimentação desse nosso banco de projetos. Isso é fundamental para a nossa sobrevivência, para a consecução do nosso trabalho, certo? Então, eu gostaria de deixar registrado isso. Nós da Secretaria do Verde estamos sempre à disposição para ouvir toda e qualquer colaboração, que será sempre muito bem vinda, Ok? Conselheiro?

Cons. Caio, IAB – Caio do IAB. Só complementando em cima da sua fala também. Por exemplo, nós deliberamos sobre hortas comunitárias. É fundamental na periferia a possibilidade de ocupação de APP com hortas comunitárias ou pomares até como geração de renda para a população pobre, por isso eu acho que são projetos importantes que nós deliberaremos.

José Manuerra (Coordenador) - Perfeito, Conselheiro. Muito obrigado. Alguma consideração? Podemos encerrar? Agradeço a presença de todos. Hoje é pauta foi rápida, mas acho que bastante importante para a equalização de informações. Agradeço mais uma vez a presença de todos e declaro encerrada a 126ª reunião do FEMA. Obrigado.